

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

***(PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO QUADRO
TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA/
PS-T/2011)***

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 1) Conforme o previsto na NORMAM-12/DPC, as embarcações supridoras de plataformas que estão dispensadas da contratação do serviço de praticagem, desde que sejam de bandeira brasileira e atendam requisitos específicos, são aquelas com arqueação bruta até
- (A) 3.000
 - (B) 4.000
 - (C) 5.000
 - (D) 7.000
 - (E) 10.000
- 2) Quem pode responder pelas infrações previstas pelo Gerenciamento da Água de Lastro de Navios (NORMAM-20/DPC)?
- (A) O comandante do navio, pessoa física ou jurídica, ou quem legalmente o represente.
 - (B) O armador ou operador do navio, caso o navio seja armado ou operado pelo proprietário.
 - (C) A pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que legalmente represente o navio e/ou a plataforma.
 - (D) Os membros da tripulação designados para tal.
 - (E) O agente do navio.

- 3) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para atuarem em nome do Governo Brasileiro (NORMAM-06/DPC), assinale a opção INCORRETA no que se refere à validade dos certificados.
- (A) Os certificados serão automaticamente cancelados se receberem o endosso ou se as inspeções e vistorias forem efetuadas dentro do período especificado na sua respectiva regulamentação e, também, se a embarcação não for transferida para bandeira de outro governo.
 - (B) Sempre que um navio ou empresa mude de Sociedade Classificadora, essa deverá assegurar que obteve todas as informações relevantes sobre os itens que passarão para a sua responsabilidade, inclusive limitações operacionais ou estruturais e recomendações extras, emanadas da Sociedade Classificadora anterior, sendo que essas informações deverão ser verificadas e consideradas satisfatórias pela nova Sociedade Classificadora antes da emissão de novos certificados.
 - (C) A entrega de um certificado emitido em substituição a outro deverá ser efetuada mediante o recolhimento dos originais do certificado a ser substituído, sempre que a validade do certificado original exceda o período de validade do novo certificado. Nesses casos, a Sociedade Classificadora deverá, ao encaminhar à Autoridade Marítima Brasileira a cópia do novo certificado emitido, entregar também o original do certificado substituído.
 - (D) Se as condições gerais do navio ou se os aspectos importantes dos equipamentos ou sistemas não corresponderem às especificações dos requisitos aplicáveis, resultando em riscos consideráveis ao ambiente marinho ou à segurança da navegação e das pessoas embarcadas, a Sociedade Classificadora deverá cancelar o certificado correspondente e notificar a Autoridade Marítima Brasileira. Se o navio estiver em porto estrangeiro, a Sociedade Classificadora deverá assegurar que a Autoridade do Controle de Navio pelo Estado do Porto seja notificada.
 - (E) Em caso de emissão de um novo certificado, antes que tenha se expirado a validade do anterior, a Sociedade Classificadora deverá comunicar ao Armador que o certificado anterior foi cancelado a partir da data de emissão do novo, solicitando que o original do certificado cancelado seja devolvido. Uma cópia dessa comunicação deverá ser enviada simultaneamente para a DPC.

- 4) Em relação a (NORMAM-01/DPC), assinale a opção correta.
- (A) As Plataformas móveis, autopropulsadas, em viagem, não necessitarão cumprir os requisitos da Convenção SOLAS 74, porém deverão dotar integralmente os equipamentos de radiocomunicações previstos no código MODU (Code for Construction and Equipment of Mobile Offshore Drilling Units, 1989).
 - (B) Quando rebocadas, dependendo dos equipamentos existentes a bordo das plataformas móveis, os rebocadores poderão se isentar de dotarem equipamentos de comunicações de acordo com a área de navegação na qual irá ser efetuado o reboque.
 - (C) As plataformas fixas e móveis, navios sonda, FPSO e FSU deverão, antes do início da perícia, estar fundeados, em águas abrigadas, ou atracados, observando-se as medidas de segurança aplicáveis. As embarcações sempre deverão estar desgaseificadas em qualquer situação para a realização da perícia.
 - (D) A perícia de conformidade de plataforma será realizada por peritos das Capitânicas dos Portos (CP), Delegacias (DL), Agências (AG) ou pelas Sociedades Classificadoras reconhecidas antes do início de qualquer operação, inclusive daquelas destinadas ao posicionamento e ao comissionamento da plataforma, navio sonda, FPSO e FSU.
 - (E) A inspeção estrutural de plataformas, navios sonda, FPSO e FSU serão baseadas, principalmente, na análise do relatório da última docagem ou de vistoria subaquática emitida pela Sociedade Classificadora da embarcação/plataforma, bem como a inspeção visual geral.
- 5) Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

Da decisão do julgamento do Auto de Infração, relativo à Lei nº 9.537/97, caberá recurso, sem efeito suspensivo, contados da data da respectiva notificação, dirigido à autoridade superior designada pela Autoridade Marítima que proferiu a decisão. O prazo para esse recurso é de _____ dias _____.

- (A) quinze / úteis
- (B) dez / úteis
- (C) cinco / corridos
- (D) cinco / úteis
- (E) três / úteis

- 6) Assinale a opção que apresenta as embarcações que, independente da emissão do Atestado de Inscrição Temporária, deverão ser especificamente autorizadas a operar pela DPC.
- (A) Navio graneleiro e navio de transporte combinado *ore-oil* ou *ore-bulk-oil* com idade igual ou superior a quinze anos, independentemente da bandeira ou do porte do navio, para carregamento de granel sólido de peso específico igual ou maior do que 1,78 t/m³.
 - (B) Embarcação empregada no transporte de petróleo e seus derivados, assim como os navios de cruzeiros marítimos, de pesquisa sísmica, e os graneleiros com idade igual ou superior a 18 anos, independentemente do porte do navio.
 - (C) Navio graneleiro e navio de transporte combinado *ore-oil* ou *ore-bulk-oil* com idade igual ou superior a dez anos, independentemente da bandeira ou do porte do navio, para carregamento de granel sólido de peso específico igual ou maior do que 2,38 t/m³.
 - (D) Navio graneleiro e navio de transporte combinado *ore-oil* ou *ore-bulk-oil* com idade igual ou superior a dezoito anos, independentemente da bandeira ou do porte do navio, para carregamento de granel sólido de peso específico igual ou maior do que 1,78 t/m³.
 - (E) Navio petroleiro, gaseiro e quimiqueiro com idade igual ou superior a quinze anos, independentemente da bandeira ou do porte do navio.

7) Em relação a (NORMAM-02/DPC), coloque V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmativas abaixo.

- () Sociedades Classificadoras são empresas ou entidades autorizadas a classificar embarcações de acordo com regras próprias e, quando reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira, poderão atuar em nome do governo brasileiro na realização de vistorias e emissão de certificados e documentos previstos nas convenções internacionais, códigos e resoluções adotadas pelo país, assim como nos regulamentos nacionais, conforme descrito nos acordos de delegação de competência firmados.
- () Flotel: construção instalada no mar ou em águas interiores destinadas a prestar serviços de apoio às atividades das plataformas de perfuração e/ou produção, como geração de energia elétrica, hotelaria e facilidades de manutenção. Não é considerada uma embarcação.
- () Embarcação Tanque é aquela construída ou adaptada para o transporte a granel de cargas líquidas de natureza inflamável. Os demais navios que transportam graneis líquidos são considerados navios de carga.
- () Certificado de Classe corresponde ao certificado emitido pela Autoridade Marítima Brasileira para atestar que a embarcação atende às suas regras, no que for cabível à classe selecionada.
- () Plataforma Fixa: construção instalada de forma permanente no mar ou em águas interiores, destinada às atividades relacionadas à prospecção e à extração de petróleo e gás. Não é considerada uma embarcação.

Assinale a opção correta.

- (A) (V) (F) (V) (F) (F)
- (B) (V) (V) (F) (V) (F)
- (C) (F) (V) (F) (V) (F)
- (D) (F) (V) (V) (F) (V)
- (E) (V) (F) (V) (F) (V)

- 8) Em relação à Norma da Autoridade Marítima para Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação (NORMAM-09/DPC), é correto afirmar que essa norma se aplica
- (A) às embarcações da Marinha do Brasil, de Marinhas estrangeiras e de esporte e recreio de qualquer nacionalidade, em águas jurisdicionais brasileiras.
 - (B) às embarcações mercantes e de esporte e recreio brasileiras em alto mar ou em águas estrangeiras.
 - (C) aos aquaviários e amadores brasileiros e estrangeiros em águas internacionais.
 - (D) a toda pessoa jurídica ou física envolvida com construção e reparo naval, independentemente do local da construção.
 - (E) a toda pessoa jurídica ou física envolvida em delitos cíveis, criminais, acidente ou fato da navegação, por qualquer forma ou motivo, respeitadas os demais instrumentos do Direito civil e criminal.

9) Com relação à dotação de colete salva-vidas, analise as afirmativas a seguir.

- I - As embarcações empregadas na navegação interior deverão dotar coletes salva-vidas classe III na proporção de um colete de tamanho grande para cada pessoa a bordo.
- II - É um meio individual de abandono, capaz de manter uma pessoa, mesmo inconsciente, flutuando por, no mínimo, vinte e quatro horas. Os coletes podem ser rígidos ou infláveis e são fabricados em quatro tamanhos diferentes.
- III- As embarcações empregadas no transporte de passageiros deverão dotar, adicionalmente, uma quantidade de coletes salva-vidas adequada para crianças (colete tamanho pequeno) igual a, pelo menos, dez por cento do total de passageiros, ou uma quantidade maior, de modo que haja um colete salva-vidas para cada criança a bordo.
- IV - Desde 10 de janeiro de 2000, as embarcações portadoras de Certificado de Segurança da Navegação devem, por ocasião da primeira vistoria de renovação, ter todos os seus coletes certificados de acordo com a NORMAM -05/DPC.
- V - Os coletes salva-vidas deverão ser estivados de maneira a poderem ser prontamente utilizados, em local visível, bem sinalizado e de fácil acesso.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
 - (B) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
 - (C) Apenas as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
 - (D) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
 - (E) Apenas as afirmativas I, II, III e V são verdadeiras.
- 10) Qual o prazo de prescrição da ação de qualquer salvador para exigir a remuneração pelos serviços prestados, contados do dia em que terminarem as operações de assistência e salvamento?
- (A) Dois anos.
 - (B) Três anos.
 - (C) Cinco anos.
 - (D) Dez anos.
 - (E) Vinte anos.

- 11) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC), em qual das seguintes áreas, consideradas de segurança, é permitido o tráfego e fundeio de embarcações?
- (A) A mais de duzentos metros das instalações militares.
 - (B) Fundeadouros de navios mercantes.
 - (C) Canais de acesso aos portos.
 - (D) Proximidades das instalações do porto.
 - (E) As áreas adjacentes às praias, reservadas para os banhistas.
- 12) Os pedidos de inscrição e/ou registro de embarcações deverão ser efetuados, de acordo com o previsto na Lei nº 7.652/88, alterada pela Lei 9.774/98 (Lei de Registro de Propriedade), no prazo máximo de quinze dias contados da data
- (A) do termo de entrega pelo construtor, quando construída no estrangeiro.
 - (B) de construção da embarcação ou, no caso de promessa de compra e venda, do direito e ação.
 - (C) de sua chegada ao porto onde será inscrita e ou registrada, quando adquirida ou construída no Brasil.
 - (D) de batimento da quilha da embarcação ou, no caso de promessa de compra e venda, do direito e ação.
 - (E) do termo de entrega pelo construtor, quando construída no Brasil.
- 13) Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

Após a obtenção da _____, o interessado solicitará, por requerimento ao Capitão dos Portos, autorização para início da atividade de _____, informando as datas previstas para seu início e término. Esta solicitação deverá ser feita com antecedência _____ de _____ dias úteis do início previsto da atividade. Assinale a opção correta:

- (A) licença ambiental provisória / obra / mínima / quinze
- (B) licença provisória / obra / máxima / cinco
- (C) licença ambiental / dragagem / mínima / quinze
- (D) licença ambiental / dragagem / mínima / dez
- (E) licença ambiental / dragagem / mínima / cinco

Prova : Amarela

Concurso : PS-T/2011

Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 14) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC), a fiscalização das embarcações se divide em
- (A) documental e das reais condições do material e equipagem da embarcação nacional e estrangeira.
 - (B) documental e de pessoal da embarcação nacional e estrangeira.
 - (C) das reais condições do material de salvatagem e equipagem da embarcação nacional e estrangeira.
 - (D) das reais condições do material da embarcação estrangeira.
 - (E) documental das embarcações nacionais.
- 15) De acordo com a NORMAM-03/DPC, é correto afirmar que:
- (A) para embarcações de esporte e/ou recreio certificadas classe 1 (EC1), a licença de construção será emitida apenas por Sociedade Classificadora, obedecendo os mesmos critérios estabelecidos na NORMAM-01/DPC e NORMAM-02/DPC, conforme aplicável.
 - (B) para embarcações classificadas, a licença de construção será concedida apenas pela Gerência de Vistorias e Inspeções da DPC, obedecendo os mesmos critérios estabelecidos da NORMAM-01/DPC e NORMAM-02/DPC, conforme aplicável.
 - (C) para as embarcações de esporte e/ou recreio de médio porte não classificadas, não será necessária a obtenção da Licença de Construção, bastando a apresentação de alguns documentos ao órgão de inscrição da embarcação, dentre eles: Anotação de Responsabilidade Técnica, memorial descritivo, termo de responsabilidade de construção/alteração e manual do proprietário.
 - (D) quando a alteração acarretar na mudança dos valores do porte bruto originalmente atribuídos, deverão ser tomadas as devidas providências no sentido de que a embarcação seja rearqueada.
 - (E) a embarcação que desejar realizar uma viagem em área de navegação com requisitos mais rigorosos que os daquela em que está autorizada a operar, deverá solicitar à Sociedade Classificadora a reclassificação para a viagem.

16) Quando uma embarcação de esporte e/ou recreio for realizar uma viagem em área de navegação com requisitos mais rigorosos que os daquela em que está autorizada a operar, deverá solicitar à Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência a reclassificação para a viagem, por meio do seguinte procedimento:

- (A) realização de vistoria pela Sociedade Classificadora, reconhecida pelo Governo Brasileiro, onde deverão ser verificados a habilitação dos tripulantes e os setores de equipamentos e rádio constantes da lista de verificação aplicável ao tipo de navegação pretendida.
- (B) apresentação na Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência, da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro naval que assinou os planos da embarcação.
- (C) realização de uma perícia técnica.
- (D) apresentação na Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência, dos planos da embarcação e da habilitação dos tripulantes constantes do Cartão de Tripulação de Segurança.
- (E) apresentação, pelo interessado, de declaração de um engenheiro naval, que ateste que a embarcação possui estabilidade e resistência estrutural satisfatórias para efetuar a viagem pretendida.

17) Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

De acordo com a NORMAM-03/DPC, é correto afirmar que para os IATES, ou seja, embarcações com comprimento maior ou igual a _____ metros, bem como as embarcações menores porém com arqueação bruta maior que _____, é obrigatório o Registro no Tribunal Marítimo.

- (A) vinte e quatro / cem
- (B) doze / cem
- (C) doze / cinquenta
- (D) vinte e quatro / cinquenta
- (E) vinte e quatro / trinta

- 18) Segundo a Norma da Autoridade Marítima para Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação (NORMAM-09/DPC), a competência para instaurar um Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) cabe somente
- (A) ao representante da Autoridade Marítima.
 - (B) às Capitánias dos Portos.
 - (C) às Delegacias das Capitánias dos Portos.
 - (D) às Agências das Capitánias dos Portos.
 - (E) às Capitánias dos Portos e às Delegacias das Capitánias dos Portos.
- 19) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC), a fiscalização dos aquaviários e dos amadores que tripulam embarcações se atém a
- (A) documentos.
 - (B) habilitação.
 - (C) certificação.
 - (D) aptidão.
 - (E) capacitação.
- 20) Que embarcação é isenta do cumprimento do Gerenciamento da Água de Lastro (NORMAM-20/DPC)?
- (A) Navios de guerra.
 - (B) Navios com tanques selados.
 - (C) Embarcação de apoio marítimo e portuário.
 - (D) Navio cujas características do projeto não permitam a troca de lastro.
 - (E) Embarcação de esporte e recreio.
- 21) A determinação do número de aquaviários necessários ao exercício das funções a serem desempenhadas no passadiço baseia-se na análise dos seguintes fatores, EXCETO:
- (A) das tarefas que terão de ser executadas durante o serviço de quarto.
 - (B) dos equipamentos disponíveis considerando seus desempenhos e graus de automação.
 - (C) da experiência da tripulação.
 - (D) do arranjo dos equipamentos disponíveis.
 - (E) da visibilidade do exterior conferida pelo arranjo das vigias.

Prova : Amarela

Concurso : PS-T/2011

Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 22) De acordo com a NORMAM-08/DPC, é correto afirmar que:
- (A) Embarcações de arqueação bruta igual ou superior a dez são obrigadas a efetuar o despacho.
 - (B) Embarcações estrangeiras, exceto as de esporte e/ou recreio são obrigadas a emitir a parte de entrada.
 - (C) Embarcações nacionais com arqueação bruta superior a quinze são obrigadas a emitir a parte de entrada.
 - (D) O Pedido de Despacho deverá ser encaminhado ao Distrito Naval da jurisdição pelo Comandante da embarcação.
 - (E) Para os navios estrangeiros sujeitos ao pagamento da Taxa de Utilização de Faróis (TUF), o comprovante de recolhimento deverá ser encaminhado ao Órgão de Despacho, e calculado em função da Tonelagem de Porte Líquido (TPL) da embarcação.
- 23) Analise as afirmativas a seguir, em relação aos requisitos que os coletes salva-vidas rígidos deverão atender.
- I - Possibilitar à pessoa que o usa saltar de uma altura de 4,5m, na água, sem se machucar e sem que o colete seja avariado ou deslocado do corpo, para coletes classe I, II, III, V e V especial.
 - II - Permitir que uma pessoa, após demonstração, possa vesti-lo corretamente, em não mais que três minutos.
 - III- Possibilitar que seja vestido pelo avesso, a menos que seja evidente que só possa ser vestido de um lado, sendo eliminada a possibilidade de vesti-lo incorretamente.
 - IV - O material empregado na fabricação do colete salva-vidas Classe III deve ser imputrescível e resistente à água do mar, água doce, ao petróleo e seus derivados e a fungos. Esses coletes são utilizados nas embarcações empregadas na navegação em mar aberto e nas plataformas.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa IV é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa I é verdadeira.

Prova : Amarela

Concurso : PS-T/2011

Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 24) De acordo com a Lei nº 9.537/1997, são atribuições da Autoridade Marítima, EXCETO:
- (A) elaborar normas sobre tráfego e permanência das embarcações nas águas sob jurisdição nacional, bem como sua entrada e saída dos portos, atracadouros, fundeadouros e marinas.
 - (B) determinar a tripulação de segurança das embarcações, assegurando às partes interessadas o direito de interpor recurso, quando discordarem da quantidade fixada.
 - (C) fixar os preços mínimo e máximo em cada zona de prática.
 - (D) estabelecer os requisitos referentes às condições de segurança, habitabilidade e prevenção da poluição por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio.
 - (E) executar vistorias, diretamente ou por intermédio de delegação a entidades especializadas.
- 25) Segundo a Norma da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC), assinale a opção que apresenta um dos propósitos da Inspeção Naval (IN).
- (A) Segurança das tubulações subaquáticas.
 - (B) Salvaguarda da vida marinha.
 - (C) Salvaguarda da vida humana.
 - (D) Prevenção da saúde humana nas plataformas ou nas instalações de apoio.
 - (E) Treinamento dos aquaviários.

26) Em relação a (NORMAM-05/DPC), coloque V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmativas abaixo.

- () O uso da Cesta de Transferência para pessoal é recomendado para se dar durante o dia, nas seguintes condições: com boa visibilidade; manobra do operador realizada de modo a absorver pessoal que será transportado, vento com força menor que trinta nós; e altura das ondas menor que 4(quatro) metros.
- () Extintor de incêndio é um material cuja homologação não está prevista no SOLAS. Sugere-se que devam ser adquiridos pelo cliente os extintores de incêndio fabricados por empresas que possuam o Certificado da Marca de Conformidade emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e que atendam ao previsto na NBR 11861.
- () As boias salva-vidas são classificadas em duas classes: Classe I, fabricadas conforme requisitos previstos na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), para operar somente em águas sob jurisdição nacional, e Classe II, destinadas ao uso nas embarcações empregadas na navegação interior.
- () O colete salva-vida Classe V especial é fabricado para emprego em atividades esportivas tipo jet-ski, "banana-boat", esqui aquático, windsurf, parasail, pesca esportiva, canoagem, embarcações miúdas classificadas como esporte e/ou recreio, embarcações de esporte e/ou recreio de médio porte empregadas na navegação interior e outras.
- () Nenhuma balsa salva-vidas será homologada se a sua capacidade de transporte for inferior a seis pessoas.

Assinale a opção correta.

- (A) (V) (F) (F) (F) (V)
- (B) (V) (V) (F) (V) (F)
- (C) (F) (V) (F) (V) (F)
- (D) (F) (V) (V) (F) (V)
- (E) (V) (F) (V) (V) (V)

- 27) De acordo com a NORMAM-12/DPC, as áreas geográficas das zonas de praticagem e as coordenadas geográficas dos pontos de espera de práctico são estabelecidas
- (A) pelo Comandante de Operações Navais.
 - (B) pelo Diretor de Portos e Costas.
 - (C) pela Autoridade Portuária.
 - (D) pelo Comandante do Distrito Naval da jurisdição.
 - (E) pelo Diretor Geral de Navegação.
- 28) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para atuarem em nome do Governo Brasileiro (NORMAM-06/DPC), assinale a opção que apresenta o documento que NÃO é emitido em nome do Governo.
- (A) Certificado de Classe.
 - (B) Licença de Construção.
 - (C) Certificado Estatutário.
 - (D) Licença de Alteração.
 - (E) Licença de Reclassificação.
- 29) De acordo com os requisitos de controle de tráfego marítimo previstos na NORMAM-08/DPC, é INCORRETO afirmar que:
- (A) as embarcações que possuem os sistemas LRIT ou SIMMAP não estão dispensadas de aderirem ao SISTRAM.
 - (B) são obrigadas a aderirem ao SISTRAM as embarcações de bandeira brasileira ou afretadas por armadores brasileiros, em navegação de Longo Curso ou de Cabotagem, navegando em qualquer área marítima do mundo.
 - (C) embarcações de bandeira estrangeira, quando navegando no mar territorial ou em águas interiores brasileiras, devem aderir ao SISTRAM obrigatoriamente.
 - (D) são obrigadas a integrarem o sistema LRIT as embarcações de carga, inclusive embarcações de alta velocidade, com AB igual ou maior a trezentos, de bandeira brasileira, engajadas ou não em viagens internacionais.
 - (E) as embarcações de bandeira estrangeira enquadradas no sistema LRIT estão dispensadas de aderirem ao SIMMAP.

- 30) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC), a inspeção naval é uma atividade de cunho:
- (A) criminal.
 - (B) administrativo.
 - (C) legal.
 - (D) cível.
 - (E) militar.
- 31) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para atuarem em nome do Governo Brasileiro (NORMAM-06/DPC), quem poderá emitir um Certificado de Isenção ou dispensar uma embarcação do atendimento a qualquer item previsto nas normas e regulamentos aplicáveis?
- (A) Capitania dos Portos.
 - (B) Agência da Capitania dos Portos.
 - (C) Organização Marítima Internacional.
 - (D) Tribunal Marítimo.
 - (E) Diretoria de Portos e Costas.

32) Na seção destinada à estabilidade intacta, a NORMAM-01/DPC aborda precauções contra emborcamentos. Quanto a esse tópico, é correto afirmar que:

- (A) o atendimento aos critérios de estabilidade garante a total imunidade contra emborcamentos, porém os Comandantes deverão agir com prudência e observar as regras de marinharia, atentando para a estação do ano, os boletins meteorológicos e a zona de navegação, devendo ainda adotar a velocidade e o curso apropriados às circunstâncias.
- (B) a carga destinada a uma embarcação deve ser capaz de ser estivada de forma a possibilitar o atendimento aos critérios de estabilidade preconizados. Caso necessário, a capacidade de carga deve ser reduzida na proporção do lastro requerido para se obter o atendimento aos critérios.
- (C) uma embarcação empregada em operações de reboque não poderá transportar carga no convés, em nenhuma quantidade, para que não coloque em risco a operação segura da tripulação no convés e nem impeça o funcionamento adequado do equipamento de reboque.
- (D) os critérios de estabilidade da NORMAM-01/DPC apresentam valores máximos, não existindo um padrão para valores mínimos. Entretanto, poderão ser geradas forças, devido à aceleração, que poderão ser prejudiciais ao navio, aos seus equipamentos, à tripulação e ao transporte seguro da carga.
- (E) o acúmulo de água em poços existentes no convés exposto deve ser evitado, mas, se as saídas d'água não forem suficientes para promover a drenagem do poço, deverão ser instalados dispositivos de travamento e a velocidade do navio deverá ser reduzida, porém sem comprometer o curso do navio de modo a não oferecer riscos às operações comerciais assumidas.

- 33) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC), os responsáveis por embarcações avariadas que solicitarem autorização para afundamento deliberado deverão observar alguns procedimentos. Assinale a opção que apresenta um procedimento que NÃO é pertinente.
- (A) Observar os procedimentos preconizados na Convenção de Alijamento (*London Convention-72*).
 - (B) Retirar de bordo todos os elementos poluentes e estruturais que possam se desprender do navio e ficar à deriva.
 - (C) Obter aprovação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), sobre o ponto de afundamento.
 - (D) Obter aprovação do Distrito Naval (DN).
 - (E) Solicitar autorização à Diretoria de Portos e Costas (DPC) para o afundamento, no ponto previamente aprovado, e, após autorizado, informar à DPC a efetiva ocorrência do afundamento para possibilitar a comunicação formal à Organização Marítima Internacional (OMI) a ser efetuada pela DPC.
- 34) Quanto aos materiais e equipamentos de salvatagem e segurança utilizados nas embarcações empregadas em mar aberto, é correto afirmar que:
- (A) a dotação dos equipamentos de salvatagem e de segurança dependerá apenas do porte da embarcação e da sua área de navegação, independente do serviço a que se destina.
 - (B) os equipamentos de salvatagem e de segurança devem estar em bom estado de conservação e dentro dos prazos de validade ou revisão, não havendo, obrigatoriamente, a necessidade de possuírem certificados de homologação.
 - (C) não serão aceitos certificados de homologação de equipamentos de salvatagem e segurança estrangeiros, empregados a bordo das embarcações nacionais, emitidos por Autoridade Marítima de outros países.
 - (D) embarcação de sobrevivência é aquela concebida para resgatar pessoas em perigo dentro d'água, assim como para reunir e rebocar outras embarcações menores. É também chamada de bote de resgate.
 - (E) os equipamentos salva-vidas deverão possuir marcações gravadas em letras maiúsculas e com tinta à prova d'água, porém os coletes salva-vidas estão dispensados da marcação do porto de inscrição da embarcação.

- 35) As embarcações com Arqueação Bruta (AB) superior a vinte, que transportam álcool, petróleo e seus derivados, deverão atender requisitos constantes nas Normas da Autoridade Marítima aplicáveis ao tipo, porte da embarcação e área de navegação. Assinale a opção, que identifica corretamente os requisitos e procedimentos de segurança para este caso.
- (A) As embarcações de transporte de álcool, petróleo e seus derivados poderão realizá-lo em quaisquer tanques, desde que estes tanques sejam dotados de dispositivos de segurança, transferência e controle necessários.
 - (B) Toda a instalação elétrica dessas embarcações, seus equipamentos e acessórios deverão ser à prova de corrosão.
 - (C) Motores de combustão interna empregados nessas embarcações não deverão utilizar combustíveis com ponto de fulgor inferior a sessenta graus Celsius (como álcool ou gasolina) e devem ser providos com inibidores de centelha.
 - (D) Toda embarcação propulsada deve ser equipada com sistema de iluminação de emergência, para praça de bombas, passadiço ou local de controle da operação, áreas de convés envolvidas na operação e camarotes, que possua capacidade de funcionamento por duas horas após a perda da energia principal.
 - (E) Toda operação de carga e descarga deve ser precedida de uma verificação de segurança operacional quanto à segurança e risco de poluição acompanhada por representante da embarcação e por um da empresa de navegação.
- 36) De acordo com a NORMAM-04/DPC, as embarcações de bandeira estrangeira que são dispensadas de inscrição temporária são as de
- (A) pesquisa científica e as petroleiras.
 - (B) apoio marítimo e as pesqueiras.
 - (C) pesquisa Sísmica e as dragas.
 - (D) pesquisa científica e as embarcações afretadas, para operar na navegação de cabotagem pelo regime de uma única viagem.
 - (E) pesquisa sísmica e as embarcações afretadas, para operar na navegação de cabotagem pelo regime de uma única viagem.

37) Dentre as atividades e princípios abaixo relacionados, quais deverão ser observados na determinação da tripulação de segurança de um navio empregado na navegação em mar aberto?

- I - Capacidade para realizar as operações relacionadas às pesquisas sísmicas e ao lançamento de cabos e dutos.
- II - Capacidade de prover cuidados médicos a bordo.
- III- Capacidade de realização de operações de mergulho.
- IV - Regulamentação vigente aplicada à higiene e à saúde ocupacional.
- V - Regulamentação vigente aplicada ao meio ambiente.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas II e V são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas IV e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.

38) Em atendimento ao contido na Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997, cabe à Autoridade Marítima estabelecer normas, requisitos de fabricação, testes de avaliação e procedimentos para homologação de material, embalagem para transporte de produtos perigosos e autorização para funcionamento de estações de manutenção de equipamentos de salvatagem. Nesse contexto, assinale a opção correta.

- (A) A contratação dos locais, laboratórios ou entidades para a realização de testes requeridos para homologação dos produtos será da responsabilidade da Diretoria de Portos e Costas, que irá avaliar a sua adequação, capacidade e condições técnicas para sua realização. Para tal, valer-se-á da comprovação de adequação às normas da ABNT pertinentes, podendo vir a exigir o credenciamento junto ao INMETRO ou outro órgão fiscalizador competente.
- (B) Os testes para homologação do material serão realizados em datas e locais estabelecidos em comum acordo com a Diretoria de Portos e Costas, que poderá, a seu critério, inspecionar qualquer área da fábrica onde os produtos ou seus componentes estejam sendo produzidos, porém os inspetores não poderão recolher amostras de materiais utilizados na sua fabricação, com objetivo de realizar outros testes não estabelecidos inicialmente.
- (C) Quando um lote de material for apresentado à DPC para inspeção, estará implícito que o fabricante cumpriu todos os requisitos da norma pertinente. Os testes efetuados pela Diretoria de Portos e Costas não têm o escopo de substituir ou eliminar a necessidade do fabricante de proceder a testes e inspeção completa, de modo a garantir e manter a qualidade durante a fabricação do produto.
- (D) Após a emissão do respectivo Certificado de Homologação, qualquer alteração em material homologado, que seja pretendida pelo fabricante, deverá apenas ser informada formalmente à Diretoria de Portos e Costas, que poderá solicitar um novo processo de homologação, sem a necessidade de novos testes.
- (E) É obrigação do fabricante ou do seu representante legal, a contratação de seguradora contra ocorrências de quaisquer acidentes com pessoal ou com danos materiais, inclusive a terceiros, ocorridos em função da realização dos testes e avaliações previstas na presente norma, bem como prover os recursos necessários de segurança e primeiros socorros.

39) Em relação a (NORMAM-01/DPC), assinale a opção correta.

- (A) Após a realização da perícia de conformidade de plataforma, caso não seja apontada qualquer deficiência que represente risco para a salvaguarda da vida humana, para a segurança da navegação ou para a prevenção da poluição no meio hídrico será emitida uma Declaração de Conformidade para Operação de Plataformas, com validade de cinco anos.
- (B) Na perícia de conformidade de plataforma, caso sejam constatadas pelo perito avarias ou deficiências que requeiram análise aprofundada, a unidade não será autorizada a operar, exceto se o armador apresentar um Termo de Responsabilidade Técnica, assinado por engenheiro naval, com um parecer específico sobre a discrepância apontada.
- (C) A Sociedade Classificadora deverá realizar a análise do Termo de Responsabilidade Técnica, assinado por engenheiro naval, com um parecer específico sobre a discrepância apontada em perícia de conformidade de plataforma, antes do armador ou seu representante submeter tal termo à Diretoria de Portos e Costas.
- (D) Uma Declaração Provisória para Operação de Plataformas poderá ser emitida pelo Capitão dos Portos ou Delegado, caso as deficiências apontadas em perícia de conformidade representem apenas risco moderado e sejam implementadas ações para monitorar, controlar e corrigir essas deficiências.
- (E) Apenas as deficiências que afetem diretamente a segurança deverão, a critério do Capitão dos Portos, ser tratadas como as apontadas em inspeção naval (controle do cumprimento de exigência mediante o acompanhamento da embarcação), devendo impedir a emissão da declaração de conformidade correspondente.

- 40) Com relação ao Certificado Nacional de Borda-livre para Navegação Interior, assinale a opção correta.
- (A) É obrigatório para embarcação com Arqueação Bruta (AB) igual a 50 (cinquenta) que operem em águas jurisdicionais brasileiras, após a data de 13/02/1997.
 - (B) Para as embarcações EC2 sujeitas a borda livre e não classificadas nem certificadas por uma Entidade Especializada, o certificado poderá ser emitido pelas Capitânicas dos Portos (CP), Delegacias (DL) ou Agências (AG).
 - (C) A validade do Certificado é de Borda Livre é de 6 (seis) anos para as embarcações em que o proprietário ou armador solicitou a emissão do certificado após 13/02/1997.
 - (D) O Certificado não perderá a validade quando a embarcação sofrer alterações que acarretem modificações no valor da borda-livre anteriormente determinado.
 - (E) Quando o certificado for emitido pela Gerência de Vistorias, Inspeções e Perícias Técnicas (GEVI), a vistoria será realizada pelos membros dessa Gerência ou por membros de uma Sociedade Classificadora.
- 41) De acordo com a NORMAM-04/DPC, qual é o documento que poderá ser analisado em substituição à perícia de condição para importação de petróleo e seus derivados, bem como para as embarcações afretadas por período igual ou inferior a trinta dias?
- (A) Declaração de conformidade para transporte de petróleo.
 - (B) Certificado de segurança equipamento.
 - (C) Certificados estatutários.
 - (D) Relatório de inspeção SIRE da OCIMF.
 - (E) Certificado internacional de prevenção à poluição por óleo (IOPP).

- 42) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para atuarem em nome do Governo Brasileiro (NORMAM-06/DPC), as classificadoras que solicitarem reconhecimento, para regularizar e certificar as embarcações destinadas ao transporte de substâncias químicas perigosas a granel, na Navegação Interior, deverão, adicionalmente, apresentar competência, capacidade e os meios adequados para efetuar as avaliações e/ou cálculos pertinentes ao assunto. Qual dos itens abaixo condiz com esta afirmação?
- (A) lista de tripulantes de segurança.
 - (B) contenção das cargas e materiais de construção.
 - (C) sistema de ventilação das praças de máquinas e do casco.
 - (D) requisitos e habilitações dos tripulantes.
 - (E) lista de produtos consumíveis a bordo.
- 43) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para atuarem em nome do Governo Brasileiro (NORMAM-06/DPC), a remuneração dos serviços realizados pela classificadora será cobrada
- (A) à Autoridade Marítima Brasileira.
 - (B) à Autoridade Marítima da bandeira da embarcação.
 - (C) ao Comandante da embarcação.
 - (D) ao solicitante desse serviço.
 - (E) à tripulação da embarcação.

- 44) Correlacione as características de uma embarcação, às suas respectivas definições e assinale a opção que apresenta a sequência correta.

CARACTERÍSTICAS

- I - Arqueação Bruta (AB)
- II - Arqueação Líquida (AL)
- III- Comprimento de Arqueação (Ca)
- IV - Comprimento entre Perpendiculares (Lpp)
- V - Pontal Moldado (P)

DEFINIÇÕES

- () É a distância horizontal medida entre os pontos em que a linha d'água de projeto corta a proa e o eixo da madre do leme. Nas embarcações sem leme tal comprimento deve ser medido na linha d'água de projeto, entre os cadastes de proa e popa.
- () É o comprimento compreendido entre a roda de proa e o eixo da madre do leme, medido na mesma linha d'água, se este for maior.
- () É a expressão do tamanho total de uma embarcação, sendo função do volume de todos os espaços fechados.
- () É a distância vertical, em metros, medida junto ao bordo na meia-nau, desde a face superior da quilha até o topo do vau do convés de borda-livre.
- () É a expressão da capacidade útil de uma embarcação, sendo, dentre outros parâmetros, função do volume dos espaços fechados destinados ao transporte de carga e do número de passageiros transportados.
- () É a distância horizontal, medida na linha de centro, entre os pontos de encontro da face inferior do chapeamento do convés superior com as faces internas do chapeamento da proa e popa.

- (A) (-) (III) (II) (IV) (I) (V)
- (B) (IV) (-) (II) (V) (III) (I)
- (C) (V) (III) (I) (IV) (II) (-)
- (D) (IV) (-) (I) (V) (II) (III)
- (E) (V) (IV) (I) (-) (II) (III)

- 45) Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC), a Autoridade Marítima não poderá, mediante procedimento administrativo, aplicar a penalidade de
- (A) multa.
 - (B) suspensão do certificado de habilitação até doze (12) meses.
 - (C) cancelamento do certificado de habilitação.
 - (D) prisão.
 - (E) demolição de obras e benfeitorias.
- 46) A Tração Estática Longitudinal de uma embarcação é a máxima força contínua de empuxo que pode ser desenvolvida e mantida, no sentido longitudinal, por um período mínimo de tempo. Em relação a essa afirmação, é correto afirmar que:
- (A) para embarcações para as quais não exista, no país de origem, aparelhagem que suporte o esforço exigido para o teste de tração estática, será aceito um certificado de tração estática emitido no exterior por uma Sociedade Classificadora.
 - (B) todos os instrumentos de medição, utilizados na realização do teste de Tração Estática Longitudinal, deverão estar aferidos por órgão credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (INMETRO).
 - (C) os rebocadores empregados na navegação de mar aberto somente poderão efetuar serviços de reboque caso sejam submetidos a um teste de tração estática, de acordo com os procedimentos estabelecidos, exceto se os serviços forem eventuais ou temporários.
 - (D) as embarcações estrangeiras empregadas em atividades de reboque em apoio às embarcações ou plataformas marítimas poderão, a critério do seu responsável técnico, apresentar um certificado de tração estática emitido pela autoridade governamental do país de bandeira, em substituição ao Certificado correspondente previsto na NORMAM-01/DPC.
 - (E) no ensaio de Tração Estática Longitudinal, a escolha do cabeço de amarração utilizado deve ser feita pelo interessado, o qual deve ter particular atenção às fundações e possuir uma resistência mínima de duas vezes a tração estática esperada.

- 47) A quem compete, como Representante da Autoridade Marítima para a Segurança da Navegação, estabelecer as normas necessárias a Regulamentação do Serviço de Praticagem e decidir os casos omissos?
- (A) Diretor-Geral de Navegação.
 - (B) Diretor de Portos e Costas.
 - (C) Comandante do Distrito Naval.
 - (D) Capitão dos Portos.
 - (E) Diretor de Hidrografia e Navegação.
- 48) Em relação ao cumprimento do Gerenciamento da Água de Lastro (NORMAM-20/DPC), assinale a opção correta.
- (A) Todo navio nacional ou estrangeiro que utiliza água como lastro deve possuir um plano de gerenciamento da Água de Lastro com o propósito de fornecer procedimentos seguros e eficazes para esse fim. Este plano deve ser incluído na documentação operacional do navio, devendo, ainda, ser específico para cada navio.
 - (B) Navios brasileiros que operam somente em águas jurisdicionais brasileiras devem dispor de um plano de gerenciamento de Água de Lastro redigido na língua de trabalho da tripulação.
 - (C) plano de gerenciamento da Água de Lastro dos navios brasileiros e/ou de outras bandeiras afretados em Autorização de Inscrição Temporária (AIT) deve ser aprovado unicamente por Sociedade Classificadora, mesmo não atuando como R. O. ("Recognized Organization").
 - (D) Os navios que escalam em portos ou terminais brasileiros e/ou estrangeiros estão sujeitos à Inspeção Naval com a finalidade de determinar se o navio está em conformidade com a NORMAM 20.
 - (E) Poderá ser exigido de um navio que o mesmo desvie de seu plano de viagem ou retarde a viagem para cumprimento do disposto nos itens anteriores.
- 49) A qual representante da Autoridade Marítima compete ordenar ou providenciar a demolição de obra ou benfeitoria e a recomposição do local, quando realizadas em desacordo com as normas estabelecidas pela Autoridade Marítima?
- (A) Comandante do Distrito Naval.
 - (B) Diretor de Portos e Costas.
 - (C) Capitão dos Portos.
 - (D) Chefe do Estado-Maior da Armada.
 - (E) Diretor de Hidrografia e Navegação.

Prova : Amarela

Concurso : PS-T/2011

Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

50) Para que um rebocador realize um Ensaio de Tração Estática Longitudinal (BOLLARD-PULL), é necessário que as condições ambientais e as condições da embarcação estejam de acordo com a NORMAM-02/DPC. Em relação a essa afirmação é correto afirmar que:

- (A) o trim não deverá ser superior a dois por cento do comprimento da embarcação (referente à linha d'água de projeto). Este trim deverá estar de acordo com as condições normais de operação da embarcação.
- (B) a profundidade mínima no local do ensaio em um raio de pelo menos cinco vezes o comprimento da embarcação não deverá ser inferior a cinco vezes o seu calado máximo ou quinze metros, o que for maior.
- (C) a velocidade do vento durante o ensaio não deverá exceder a dez metros por segundo.
- (D) a corrente durante o ensaio não deverá exceder a dez nós em qualquer direção.
- (E) o teste deverá ser realizado com a embarcação em seu calado máximo de operação, ou seja, com a capacidade máxima de consumíveis e a quantidade de lastro prevista na condição de carga mínima analisada no Folheto de Estabilidade.